

TRT-21

Analista Judiciário
área Judiciária



Editais verticalizados

Tribunal Regional do
Trabalho da 21ª Região

 O que cai
na prova

.....

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Redação Oficial.

Ortografia e acentuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Relação do texto com seu contexto histórico.

Denotação e conotação.

Discurso direto, discurso indireto e discurso indireto livre.

Intertextualidade.

Figuras de linguagem.

Morfossintaxe.

Elementos estruturais e processos de formação de palavras.

Sinonímia e antonímia.

Pontuação.

Pronomes.

Concordância nominal e concordância verbal.

Flexão nominal e flexão verbal.

Vozes do verbo.

Correlação de tempos e modos verbais.

Regência nominal e regência verbal.

Coordenação e subordinação.

Conectivos.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas; organização e reorganização de orações e períodos; equivalência e transformação de estruturas).

NOÇÕES SOBRE O DIREITO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA

Resolução CNJ nº 401/2021;

Inclusão, direitos e garantias legais e constitucionais das pessoas com deficiência (Lei nº 13.146/2015; Lei nº 11.126/2005 e Constituição Federal).

Normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida (Lei nº 10.098/2000 e Decreto 5.296/2004).

Prioridade de atendimento às pessoas portadoras de deficiência (Lei nº 10.048/2000 e Decreto 5.296/2004).

Normas de apoio às pessoas portadoras de deficiência e sua integração social (Lei nº 7.853/1989 e Decreto 3.298/1999).

NOÇÕES DE SUSTENTABILIDADE

Resolução Nº 400 de 16/06/2021 publicada pelo Conselho Nacional de Justiça - CNJ

NOÇÕES DE GOOGLE WORKSPACE

Google Drive: Criar arquivos, editar, compartilhamento de arquivos e permissões;

Agenda: Criar eventos, convidar participantes, ajustar horários, anexar documentos, adicionar videoconferência;

Tarefas;

Google Meet;

Gmail: Configurações rápidas, painel de visualização, marcadores);
editor de texto (documentos Google).

CÓDIGO DE ÉTICA E REGIMENTO DO TRT 21

Resolução Administrativa nº 20/2021;

Resolução Administrativa nº 23/2021

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.

Trabalho intermitente.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Da identificação profissional: da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, sua emissão, entrega e anotações; do valor das anotações da CTPS.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável; da força maior.

Da duração do trabalho: da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Do salário mínimo: conceito, irredutibilidade e garantia.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; das férias coletivas; da remuneração e do abono de férias, dos efeitos da cessação do contrato de trabalho; do início da prescrição.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.

Do FGTS.

Da prescrição e decadência.

Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; do equipamento de proteção individual - EPI; das atividades insalubres e perigosas.

Das disposições especiais sobre duração e condições de Trabalho (Capítulo I do Título III da CLT); Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor (Capítulos III e IV do Título III da CLT).

Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade (art. 10 do ADCT).

Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.

Do direito de greve; dos serviços essenciais.

Da renúncia e transação.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017).

Dano moral nas relações de trabalho.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467 de 2017.

Acidentes do Trabalho.

Princípios gerais de responsabilidade civil trabalhista.

Assédio moral e sexual.

Princípios da igualdade e da não discriminação.

Lei nº 14.457 DE 2022.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Formas de solução de conflitos trabalhistas.

Fontes do Direito Processual do Trabalho.

Justiça do Trabalho: organização e competência (EC 45/2004).

Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.

Composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Do Juiz do Trabalho: poderes, impedimento e suspeição.

Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: Secretarias das Varas do Trabalho; Distribuidores; Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores.

Ministério Público do Trabalho: organização.

Processo judiciário do trabalho: princípios específicos do processo do trabalho; princípios gerais do processo aplicáveis ao processo do trabalho (aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho).

Atos, termos e prazos processuais.

Distribuição.

Custas e emolumentos.

Partes e procuradores; jus postulandi; substituição e representação processuais; capacidade postulatória no processo do trabalho; assistência judiciária; honorários de advogado.

Nulidades no processo do trabalho: princípio informador; momento de arguição, preclusão.

Exceções.

Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; notificação das partes; arquivamento do processo; revelia e confissão.

Da prova testemunhal: quantidade de testemunhas, impedimento e suspeição.

Prova documental: falsidade documental.

Prova pericial.

Honorários periciais: responsabilidade pelo pagamento.

Dissídios individuais: forma de reclamação e notificação; reclamação escrita e verbal; requisitos da petição inicial no processo do trabalho; legitimidade para ajuizar.

Procedimento ordinário e sumaríssimo.

Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial, Consignação em pagamento, Ação Monitória, Ação Rescisória e Mandado de Segurança.

Sentença e coisa julgada; liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.

Dissídios coletivos: competência para julgamento, legitimidade para propositura, extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa; efeito suspensivo.

Da Ação Civil Pública: legitimidade e cabimento no processo do trabalho.

Execução: iniciativa da execução; do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida.

Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis.

Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro.

Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.

Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos; recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST, embargos de declaração, embargos infringentes e agravo regimental.

Reclamação Correccional.

Do incidente de uniformização de jurisprudência.

Do Incidente de Recursos de Revista e Embargos Repetitivos (IN 38/TST).

Do Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico.

Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções Normativa do Tribunal Superior do Trabalho que tratam de Processo do Trabalho - números 38, 39 e 40.

Resolução CSJT nº 314/2021 (precatórios), Resolução CSJT nº 247/2019.

DIREITO CIVIL

Lei. Eficácia da lei.

Aplicação da lei no tempo e no espaço.

Interpretação da lei.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.

Dos Direitos da Personalidade.

Das pessoas jurídicas.

Domicílio Civil.

Bens.

Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos.

Dos Atos Ilícitos.

Prescrição e decadência.

Do Direito das Obrigações.

Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço; Do Mandato; Da Transação.

Empreitada (cap. VIII do Título VI do CC).

Da Responsabilidade Civil.

Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.

Princípios gerais do processo civil.

Fontes.

Lei processual civil: Eficácia, Aplicação e Interpretação.

Direito Processual Intertemporal: Critérios.

Jurisdição: conceito, característica, natureza jurídica, princípios e limites.

Competência: critérios determinadores; competência originária dos Tribunais Superiores; Competência absoluta e relativa; Modificações; Meios de declaração de incompetência.

Conflitos de competência e de atribuições.

Direito de ação: elementos; condições; classificação e critérios identificadores.

Concurso e cumulação de ações.

Conexão e continência.

Processo: Noções gerais.

Relação Jurídica Processual.

Pressupostos Processuais.

Processo e procedimento.

Espécies de processos e de procedimentos.

Objeto do processo.

Mérito.

Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.

Sujeitos Processuais: Partes e Procuradores; Capacidade e Legitimação; Deveres e Responsabilidades; Representação e Substituição Processual; Despesas, Honorários Advocatícios e Multas; Gratuidade da Justiça.

Do Litisconsórcio.

Da Intervenção de Terceiros: Assistência; Denúnciação da Lide; Chamamento ao Processo; Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; Amicus Curiae.

Do Juiz: Poderes, deveres e responsabilidades; Impedimento e Suspeição.

Auxiliares da Justiça: do perito, do intérprete e do tradutor.

Ministério Público.

Advocacia Pública.

Defensoria Pública.

Das Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.

Dos Atos Processuais: da forma, do tempo, do lugar e dos prazos.

Da Comunicação dos Atos Processuais: citação, cartas e intimações.

Das Nulidades.

Da Tutela Provisória: tutela de urgência e de evidência.

Da Formação, da Suspensão e da Extinção do Processo.

Do Procedimento comum: aspectos gerais; fases; Petição inicial e seus requisitos; do pedido.

Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido; Da contestação, da reconvenção e da revelia.

Das providências preliminares e do saneamento.

Do Julgamento conforme o estado do processo.

Das Provas: distribuição do ônus da prova; Fatos que independem de prova; produção antecipada da prova; exame e valoração da prova; depoimento pessoal; confissão; exibição de documento ou coisa; prova documental; documentos eletrônicos; prova testemunhal; prova pericial; inspeção judicial.

Da sentença: conceito.

Classificações; elementos e efeitos; publicação; remessa necessária; do julgamento das ações relativas às prestações de fazer, de não fazer e de entregar coisa.

Da Coisa Julgada: conceito, espécies e limites.

Da liquidação de sentença: espécies e procedimento.

Do cumprimento da Sentença.

Meios de impugnação à sentença.

Recursos: disposições gerais; agravos interno e de instrumento; embargos de declaração.

Repercussão geral.

Súmula vinculante.

Recursos repetitivos.

Processo de Execução: princípios gerais; espécies; execução contra a Fazenda Pública; Regime de Precatórios; Requisições de Pequeno Valor.

Execução de obrigação de fazer e de não fazer.

Execução por quantia certa: disposições gerais; citação e arresto; penhora, depósito e avaliação; expropriação de bens; satisfação do crédito.

Embargos à Execução.

Exceção de pré-executividade.

Remição.

Da Suspensão e extinção do processo de execução.

Procedimentos Especiais: generalidades, características e espécies; Ação de Consignação em Pagamento; Embargos de Terceiro; Ação Monitória, Restauração de Autos; Ação Popular; Ação Civil Pública.

Mandado de Segurança.

Mandado de Injunção.

Mandado de Segurança Coletivo.

Habeas Data.

O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.

Ação Direta de Inconstitucionalidade.

Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Declaração incidental de inconstitucionalidade.

Do incidente de Assunção de Competência.

Do incidente de Arguição de Inconstitucionalidade; Do Conflito de Competência; Da ação Rescisória; Do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas; Da Reclamação.

Lei nº 6830/80.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Princípios fundamentais.

Ações Constitucionais: habeas corpus, habeas data, mandado de segurança; mandado de injunção; ação popular; ação civil pública.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade; arguição de descumprimento de preceito fundamental; súmula vinculante; repercussão geral.

Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos; direitos sociais; direitos de nacionalidade; direitos políticos.

Organização político-administrativa: disposições gerais; bens e competências da União, Estados, Distrito Federal e Municípios; intervenção federal.

Administração Pública: disposições gerais; servidores públicos.

Organização dos Poderes.

Poder Executivo: atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Poder Legislativo: órgãos e atribuições; processo legislativo; fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Poder Judiciário: disposições gerais; Supremo Tribunal Federal; Conselho Nacional de Justiça; Superior Tribunal de Justiça; Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais; Tribunais e Juízes dos Estados; Tribunais e Juízes do Trabalho; Conselho Superior da Justiça do Trabalho.

Funções essenciais à Justiça: Ministério Público; Advocacia Pública; Advocacia; Defensoria Pública.

Ordem Econômica e Financeira: princípios gerais da atividade econômica.

Finanças Públicas: normas gerais; dos orçamentos.

Ordem social: disposição geral; da seguridade social.

DIREITO ADMINISTRATIVO

Administração pública: princípios básicos.

Poderes administrativos: poder hierárquico, poder disciplinar, poder regulamentar, poder de polícia, uso e abuso do poder.

Ato administrativo: conceito, requisitos e atributos; anulação, revogação e convalidação; discricionariedade e vinculação.

Organização administrativa: administração direta e indireta; centralizada e descentralizada; autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista.

Consórcios públicos (Lei nº 11.107/2005).

Órgãos públicos: conceito, natureza e classificação.

Servidores públicos: cargo, emprego e função públicos.

Lei nº 8.112/1990 (Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis da União e alterações): disposições preliminares; provimento, vacância, remoção, redistribuição e substituição; direitos e vantagens: vencimento e remuneração, vantagens, férias, licenças, afastamentos, direito de petição; regime disciplinar: deveres e proibições, acumulação, responsabilidades, penalidades; processo administrativo disciplinar.

Processo administrativo (Lei nº 9.784/1999).

Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo.

Responsabilidade extracontratual do Estado.

Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992).

Lei nº 11.416/2006.

Serviços públicos.

Conceito, pressupostos constitucionais, regime jurídico, princípios do serviço público, usuário, titularidade.

Delegação de serviço público: autorização, permissão e concessão.

Bens públicos: regime jurídico, classificação, administração, aquisição e alienação, utilização por terceiros: autorização de uso, permissão de uso, concessão de uso, concessão de direito real de uso e cessão de uso.

Intervenção do Estado na propriedade: desapropriação, servidão administrativa, tombamento, requisição administrativa, ocupação temporária, limitação administrativa.

Terceiro Setor: Entes paraestatais.

Lei nº 14.133/21.

DIREITO ADMINISTRATIVO E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública.

Podere da Administração Pública.

Poderes e deveres dos administradores públicos.
 Uso e abuso do poder.
 Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).
 Organização da Administração Direta e Indireta.
 Órgãos públicos.
 Aspectos gerais da Administração Direta.
 Autarquias.
 Empresas públicas e sociedades de economia mista.
 Fundações públicas.
 Consórcios públicos.
 Agências.
 Entes de colaboração e entidades paraestatais.
 Ato administrativo.
 Conceito, características e atributos.
 Elementos e requisitos de validade.
 Classificação dos atos administrativos.
 Formação e efeitos.
 Extinção, revogação, invalidação e convalidação.
 Cassação e caducidade.
 Processo administrativo.
 Lei nº 9.784/1999.
 Controle da administração pública.
 Classificações relativas ao controle da Administração Pública.
 Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.
 Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).
 Serviço público.
 Conceito.
 Classificação.
 Princípios.
 Formas de delegação de serviço público.
 Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público.
 Extinção, reversão dos bens.

Direitos dos usuários de serviço público.
 Parcerias público-privadas.
 Agentes públicos: Classificação.
 Cargo, emprego e função pública.
 Provimento e investidura.
 Exercício e afastamentos.
 Direito de Greve.
 Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal.
 Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis.
 Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos.
 Processo administrativo disciplinar.
 Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 atualizada).

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente, oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!